

Queimadas casas de Apurinã

O conflito entre índios, colonos e fazendeiros do Km 45 da BR-317, que liga Rio Branco a Boca do Acre, AM, se agudizou dia 4 de outubro, quando 15 policiais militares, armados e acompanhados por um fazendeiro conhecido por Martins, incendiaram três casas dos Apurinã na margem do rio Acre. O problema nessa área começou em 1975, quando o grileiro denominado Cabeça Branca grilou parte da área indígena e a vendeu a 12 colonos, vindos do Paraná. A questão se agravou devido à má demarcação da área Apurinã, feita pela Funai em 1977. Essa demarcação reconheceu como território indígena somente uma faixa de terra, ficando excluída a área que foi ocupada pelos colonos, denominada Seringal Aripuanã, onde os índios sempre enterraram seus mortos, colheram castanha e onde tiram seringa, caçam e pescam.



Demarcação favoreceu grileiro

Devido aos problemas, a Funai fez um acordo com líderes indígenas, colonos e Incra em Brasília. Segundo esse acordo, ela indenizaria os colonos e o Incra arrumaria novos lotes para eles. Mas, alguns meses depois, o órgão tutor retrocedeu, alegando que não dispunha de verbas para cumprir o prometido, pois o Ministério do



Agora estoura o conflito

Interior havia diminuído consideravelmente o orçamento destinado à resolução de problemas de demarcação.

Depois do incêndio, a situação na área continua tensa e tende a piorar, pois cinco colonos venderam a área onde estavam vivendo ao fazendeiro Martins, que pretende comprar ainda os lotes das outras sete famílias

que residem no Seringal Aripuanã. A atuação desse fazendeiro, o incêndio das casas e as pressões contra os índios não são casuais. Ao que tudo indica, fazem parte de um plano tramado por fazendeiros e a Maçonaria de Boca do Acre, com fortes apoios externos, para espoliar o território apurinã. O fato de a TV Globo ter ido ao local no dia do incêndio e de o deputado Paulo Salim Maluf ter enviado um telegrama à Funai, solicitando explicações para a existência de placas do órgão no Seringal Aripuanã, são alguns indicadores dessa articulação.

LABREA

Enquanto o conflito se amplia na região dos Apurinã do Km 45 da BR-317, a situação de seus irmãos que vivem nas proximidade do rio Pacia, no município de Lábrea, AM, também está tensa. A denúncia foi feita ao PORANTIM por Frei Ricar-

do, da Prelazia de Lábrea. Segundo ele, desde que os Apurinã deram prazos, que variam de dois até três anos, para os posseiros desocuparem seu território, os políticos da cidade passaram a instigar a população contra os índios, chamando-os de "invasores das terras dos brancos". O prefeito da cidade, Francisco Pires, chegou a acusar uma freira e um padre da Prelazia de estarem incentivando os Apurinã a entrar na área do Pacia.

Em Lábrea e em Boca do Acre, a situação dos Apurinã está tensa. Nos dois municípios os conflitos têm uma só origem: a inépcia da Funai. No primeiro, ela demarcou erradamente as terras, favorecendo o esbulho praticado por grileiros e fazendeiros; e em Lábrea não demarcou a área dos Apurinã e está deixando o Incra se apropriar da terra dos índios.